



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quarta-feira, 21 de novembro de 2012

JORNAL DO COMMERCIO

Sefaz não concluiu estudo sobre o ICMS..... 1
CAPA

JORNAL DO COMMERCIO

Estado atrasa estudo sobre ICMS 2
ECONOMIA

JORNAL DO COMMERCIO

Balança comercial 3
ECONOMIA

A CRITICA

Massami promete mutirão de limpeza..... 4
POLITICA

A CRITICA

Massami promete mutirão de limpeza (continuação) 5
POLITICA

DIÁRIO DO AMAZONAS

Deputado acusa governo de excluir Amazonas em programa de portos..... 6
POLITICA

Sefaz não concluiu estudo sobre o ICMS

Foto: Walter Mendes



A questão do ICMS unificado foi discutida na última reunião do Codam, quando a Sefaz anunciou a proposta tributária

O estudo tributário a ser entregue pela Sefaz-AM pedindo tratamento diferenciado para a Zona Franca de Manaus em relação à proposta do governo federal de unificação nacional do ICMS ainda não foi concluído. A quantidade de feriados prolongados no mês de novembro e a complexidade da questão foram apontadas pelo secretário-executivo da Sefaz-AM, Afonso Lobo, como as principais razões para o atraso. “Além dos feriados impresados enfrentamos o desafio de encerrar uma proposta que seja solução tanto para evitar a perda de receita nos cofres estaduais quanto para garantir a competitividade do modelo Zona Franca de Manaus”, argumentou.

Página A5

Estado atrasa estudo sobre ICMS

Por Juliana Geraldo

O estudo tributário a ser entregue pela Sefaz-AM (Secretaria de Fazenda do Estado do Amazonas) pedindo tratamento diferenciado para a Zona Franca de Manaus em relação à proposta do governo federal de unificação do ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) ainda não foi concluído.

No último dia 9, durante reunião do Codam (Conselho de Desenvolvimento do Amazonas), o titular da secretaria, Isper Abraham, estimou que em sete dias, ou seja, até o dia 16 de novembro, a proposta estaria pronta para ser levada ao governador do Estado, Omar Aziz (PSD), devido à urgência do assunto, o que não ocorreu.

A quantidade de feriados prolongados no mês de novembro e a complexidade da questão foram apontadas pelo secretário-executivo da Sefaz-AM, Afonso Lobo, como as principais razões para o atraso.

"Além dos feriados imprevistos enfrentamos o desafio de encerrar uma proposta que seja solução tanto para evitar a perda de receita nos cofres estaduais quanto para garantir a competitividade do modelo Zona Franca de Manaus", argumentou.

O vice-presidente da Fieam (Federação das Indústrias do Estado do Amazonas), Nelson Azevedo, detalha que a Suframa (Superintendência da Zona Franca de Manaus) está buscando soluções para manter a competitividade do PIM, enquanto o governo, por meio da Sefaz-AM, ficou responsável pelo cálculo das perdas de arrecadação.

"Para nós da iniciativa privada, ou seja, para as empresas que compõem o PIM, quanto mais rápido essa questão for



Representantes do governo e da indústria trabalham em conjunto num estudo para manutenção das vantagens do PIM

resolvida, melhor, mas entendemos o quanto é complexo analisar certas perdas", opinou. Ele informou ainda que a Fieam estuda soluções para contribuir com o estudo do governo.

Unificação - efeitos

Em síntese, a proposta do governo federal oferece aos governos a renegociação das dívidas dos Estados e a mudança do indexador, do IGP-DI (Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna) para a Selic (taxa básica de juros), o que proporcionaria taxas menores aos cofres estaduais.

Porém, para ter acesso às vantagens, os Estados devem acatar a proposta de ICMS unificado de 4% cobrado na origem, e a redução da alíquota de ICMS sobre os serviços de telefonia e energia elétrica.

"Para o Amazonas, reduzir

a alíquota do imposto para 4% significa o fim da nossa vantagem comparativa, uma vez que a isenção de impostos é o que atrai o investidor e compensa nossos problemas de logística", reforçou Nelson

Azevedo. O governo federal se mostrou disposto a negociar compensações para os Estados com maiores perdas de arrecadação, mas o governador do Amazonas Omar Aziz, declarou no início do mês que

Dados

PERDAS

■ De acordo com o PPA (Plano Plurianual) do Estado, a previsão de arrecadação tributária estadual para 2013 é de R\$ 7,5 bilhões, sendo R\$ 7 bilhões apenas de recolhimento de ICMS com a alíquota atual de 12%;

■ Com a proposta do governo federal, essa arrecadação diminuiria em média 1 ponto

percentual ao ano;

■ O Amazonas pode perder quase 70% de sua arrecadação de ICMS (Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços) em oito anos, caso as novas regras de unificação do imposto entre os Estados de 12% para 4% seja aprovada pelo governo federal.

a compensação financeira por meio da criação de um Fundo de Compensação Regional não satisfaz o Estado.

"Por temos direitos únicos de concessão de benefícios fiscais, garantidos pela Constituição Federal, precisamos defender o tratamento diferenciado, por isso a importância do estudo", destacou anteriormente ao Jor-

nal do Commercio, o presidente do Cieam (Centro da Indústria do Estado do Amazonas), Wilson Périco.

Devido aos contratempos, Afonso Lobo estimou um novo prazo para a entrega da proposta. "Até a próxima segunda (26), o estudo deve ser encaminhado ao governador", afirmou.

"O capital não vai ficar onde não tiver o retorno. Os investimentos foram feitos aqui em um cenário e agora se está falando de alteração nesse cenário. O risco é não apenas sobre os investimentos, mas principalmente sobre os empregos".

Wilson Périco, presidente do Cieam

Por dentro

CRONOLOGIA

■ No dia 7 de novembro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, se reuniu em Brasília com todos os governadores brasileiros, para propor a unificação da alíquota do ICMS em 4%, que segundo o governo federal aumentaria o grau de competitividade de todos os Estados brasileiros;

■ Na ocasião, a comitiva do Amazonas defendeu uma proposta de tratamento diferenciado para o modelo Zona Franca de Manaus;

■ Guido Mantega se comprometeu em considerar a peculiaridade do Amazonas em razão dos incentivos fiscais assegurados pela Constituição

Federal;

■ No dia 8 de novembro, durante reunião do Codam, na sede da Sefaz-AM, o titular da secretaria estimou a conclusão do estudo para o dia 16 de novembro;

■ Sem a conclusão do estudo na data prevista, o novo prazo foi fixado para o dia 23 de novembro;

■ Após passar por aprovação do governo do Amazonas, o estudo será encaminhado para Brasília e uma nova reunião será marcada com o ministro da Fazenda para discutir o tratamento de exceção da Zona Franca de Manaus.

Balança comercial

Importações crescem mais que exportações em novembro

As exportações brasileiras somam US\$ 11,472 bilhões no mês, até a última sexta-feira (16), com aumento de 5,4% na média diária, em relação a novembro do ano passado, e sobre a média do mês anterior a evolução foi 16%. Mas, as importações tiveram desempenho mais forte: somam US\$ 11,533 bilhões, com crescimento de 8,8% sobre novembro do ano passado e de 26,2% sobre a

média de outubro.

Os números divulgados na segunda-feira (19) pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, mostram que as vendas externas melhoraram, mas as compras de produtos estrangeiros evoluem de forma mais consistente. O saldo comercial (exportações menos importações), que registrara US\$ 891 milhões na primeira semana de

novembro, teve desempenho negativo de US\$ 952 milhões na semana passada, deixando o resultado do mês negativo em US\$ 61 milhões.

As exportações de produtos manufaturados cresceram 19% neste início de mês, em relação a novembro de 2011, com destaque para plataformas de perfuração e exploração de petróleo, aviões, óleos combustíveis, laminados planos, açúcar refi-

nado, suco de laranja, hidrocarbonetos, motores e geradores elétricos. Só que as vendas de semimanufaturados (alumínio bruto, ferro fundido, borracha sintética, óleo de soja e outros) caíram 7,5%, e as vendas de produtos básicos (alimentos agropecuários e minérios) tiveram retração de 0,4%.

O grande aumento das importações é devido, sobretudo, às aquisições de combustíveis

e lubrificantes, que cresceram 64% em relação à média diária do mesmo mês no ano passado e expandiram 165,9% na comparação com a média do mês anterior. Destaque também para as compras este ano de cobre (42,8%), adubos e fertilizantes (30,8%), químicos orgânicos e inorgânicos (23,2%) e instrumentos de ótica e precisão (10,2%).

No acumulado do ano, as ex-

portações somam US\$ 213,832 bilhões, com queda de 5,3% no comparativo pela média diária ao mesmo período de 2011, enquanto as importações nos 221 dias úteis do ano registram US\$ 196,522 bilhões, com queda de 1,2% na mesma base de comparação. Com isso, o saldo da balança comercial atingiu US\$ 17,310 bilhões, com redução de 35,2% em relação a igual período do ano passado.

Manaus, quarta-feira, 21 de novembro de 2012.

Massami promete mutirão de limpeza

O prefeito de Manaus em exercício, vereador Massami Miki (PSL), fechará a participação dele à frente da Prefeitura com dois mutirões de limpeza, no Centro da cidade e no Distrito Industrial. A ação, segundo Miki, servirá para atender os turistas "que reclamam da sujeira e do mau cheiro da cidade".

Massami Miki assumiu a prefeitura na última sexta-feira após viagem do presidente da Câmara Municipal de Manaus (CMM), Isaac Tayah (PSD). O rodízio dos prefeitos teve início na quarta-feira com a viagem do prefeito Amazonino Mendes (PDT) para São Paulo por "motivos particulares".

O prefeito exercício escolheu a limpeza da orla do Porto de Manaus para concluir a passagem dele pelo cargo. Massami Miki prometeu realizar dois mutirões de limpeza no Centro da cidade e no Distrito Industrial para agradar os turistas.

"Amanhã (hoje) vamos intensificar a limpeza próximo da orla do Centro da cidade e no Distrito Industrial. Escolhemos o porto de Manaus porque nesta



Vereador-prefeito, Massami Miki, visitou feiras da Manaus Moderna e da Banana para ouvir cobranças dos feirantes

quinta-feira três transatlânticos vão aportar na cidade e não queremos que os turistas reclamem do lixo como fizeram anteriormente", afirmou o vereador.

Segundo o prefeito interino, a decisão de limpar a cidade se deu após um grupo de turistas, que aportou em Manaus em um transatlântico, na última quinta-feira, ter reclamado do lixo e do mau cheiro próximo ao porto.

"Os turistas reclamaram muito do lixo e embarcaram criticando Manaus por conta dos resíduos deixados na orla do porto. Vamos tentar pelo menos amenizar a situação do lixo nessa área", explicou.

Outra área escolhida pelo vereador-prefeito para receber o mutirão de limpeza da prefeitura foi o Distrito Industrial. Conforme Miki, o local precisa ser

tratado como um cartão postal e que o lixo atrapalha a visita dos turistas. "O Distrito também está bem sujo e merece um respeito maior por parte da prefeitura. Precisamos ter em mente que o Distrito, o nosso pólo industrial, também é um cartão postal da cidade e precisa ser bem apresentado aos turistas", disse.

A área do Distrito Industrial pertence à Suframa e recebe in-

>> Segunda vez

Esta é a segunda vez que Massami Miki (PSL) assume a principal cadeira da Prefeitura de Manaus. O vereador já havia assumido o cargo no dia 19 de fevereiro deste ano permanecendo prefeito até o dia 23 do mesmo mês. À época, Miki também tratou do lixo, mas na praia do Tupé.

vestimentos federais. O presidente do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas (TCE-AM), conselheiro Érico Desterro, afirmou que a limpeza das ruas, no entanto, não é de responsabilidade do Governo Federal. "A limpeza pública é de competência do município. No local existe um distrito industrial, mas as ruas são da cidade e a limpeza pública é de responsabilidade da prefeitura e isto é bastante claro" afirmou Desterro.

Massami deixa o cargo de prefeito hoje com a chegada de Isaac Tayah. A previsão é que Tayah permaneça no posto até sábado, data prevista para o retorno do prefeito Amazonino Mendes à cidade.

da Dimicro foi autorizada pela Prefeitura em 2008, mas ainda não foi concluída.

"Trinta microempresários me procuraram e apresentaram a situação da Dimicro. As obras estão atrasadas há mais de um ano e já receberam recursos da prefeitura. Mas hoje (ontem) o responsável pela empresa Econcel (responsável pela obra) me disse que vão entregar a obra até abril de 2013", afirmou o prefeito interino.

Os feirantes da Feira do Produtor também receberam uma visita do prefeito em exercício. "Resolvi visitar a Feira da Banana para ver se os feirantes precisam de alguma coisa", disse.

A limpeza da cidade foi a principal bandeira sustentada pelos prefeitos provisórios de Manaus na última semana. O presidente da Câmara Municipal, vereador Isaac Tayah, e o vereador Massami Miki, que ocuparam o cargo com a viagem do prefeito Amazonino Mendes, fizeram cobranças às empresas que fazem a coleta de lixo.

Massami promete mutirão de limpeza (continuação)

Conclusão de obra é cobrada

Os microempresários e feirantes foram os seguimentos atendidos pelo prefeito em exercício, vereador Massami Miki (PSL), ontem, durante o feriado. O prefeito visitou o local onde deveria funcionar o Micro Distrito Industrial (Dimicro), localizado na zona rural de Manaus. A obra da Dimicro foi autorizada pela Prefeitura em 2008, mas ainda não foi concluída.

"Trinta microempresários me procuraram e apresentaram a situação da Dimicro. As obras estão atrasadas há mais de um ano e já receberam recursos da prefeitura. Mas hoje (ontem) o responsável pela empresa Econcel (responsável pela obra) me disse que vão entregar a obra até abril de 2013", afirmou o prefeito interino.

Os feirantes da Feira do Produtor também receberam uma visita do prefeito em exercício. "Resolvi visitar a Feira da Banana para vê se os feirantes precisam de alguma coisa", disse.

A limpeza da cidade foi a principal bandeira sustentada pelos prefeitos provisórios de Manaus na última semana. O presidente da Câmara Municipal, vereador Isaac Tayah, e o vereador Massami Miki, que ocuparam o cargo com a viagem do prefeito Amazonino Mendes, fizeram cobranças às empresas que fazem a coleta de lixo.

Deputado acusa governo de excluir Amazonas em programa de portos

▼ Carlos Souza encaminhou indicativo ao Poder Executivo pedindo mais investimentos

TEXTO Mário Bentes
FOTO Beto Oliveira/Ag. Câmara/04/05/2011
BRASÍLIA

O deputado federal Carlos Souza (PSD) acusou, ontem, o governo federal de excluir o Amazonas da nova etapa do Programa de Investimentos em Logística, que vai atuar na construção e ampliação de portos em todo o País. Em pronunciamento feito na tribuna da Câmara, o parlamentar disse que o Amazonas vai receber “apenas” R\$ 450 milhões em investimentos para a construção de um terminal de contêineres e que a atual infraestrutura portuária não receberá investimentos do total de R\$ 40 bilhões previstos

pelo programa.

Em resposta, o parlamentar encaminhou um indicativo ao Poder Executivo pedindo que o Amazonas passe a constar na lista de Estados beneficiados com mais investimentos. “Esse programa, mais uma vez, não contempla a Região Norte. Vale ressaltar que as estradas do Amazonas são as nossas hidrovias. Nós precisamos, mais do que nunca, que o Governo Federal faça os devidos investimentos em portos nos nossos municípios”, disse.

No discurso, Souza citou o Polo Industrial de Manaus (PIM) como uma das mais importantes ferramentas impulsionadoras do desenvolvimento econômico e social da Amazônia



O deputado **Carlos Souza** disse que o Amazonas vai receber somente R\$ 450 milhões para a construção de um terminal de contêineres

Ocidental. Para o parlamentar, é o modelo que garante a concorrência do País frente aos produtos industrializados e permite o desenvolvimento de produtos de alta tecnologia, além de desempenhar um papel preponderante na composição do PIB nacional.

Apesar disso, afirmou ainda o deputado do PSD, a consolidação e o reconhecimento estratégico do Polo Industrial de Manaus “poderão perder o sentido se não houver a realização de investimentos maciços em estrutura logística, pois sua precariedade causa um prejuízo ao setor produtivo estimado em R\$ 1,3 bilhão anual, incluídos a retenção portuária de insumos e mercadorias, custos e precariedade do sistema portuário”.